

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

EDITAL

A Universidade Estadual de Campinas através da Secretaria Geral torna pública a abertura de inscrições para o concurso público de provas e títulos, para provimento de um (01) cargo de Professor Titular, nível MS-6 em RTP, na área de Economia Social e do trabalho, na disciplina CE-654 Economia do Trabalho, do Departamento de Política e História Econômica da Universidade Estadual de Campinas.

INSTRUÇÕES

I – DAS INSCRIÇÕES

1. As inscrições serão recebidas, mediante protocolo na Secretaria Geral da Universidade Estadual de Campinas – sala 14, situada na Cidade Universitária “Zeferino Vaz”, Barão Geraldo, no horário das 09 às 12 horas e das 14 às 17 horas, todos os dias úteis compreendidos dentro do prazo de 90 dias, a contar da publicação deste edital no Diário Oficial do Estado – DOE.

1.1. Poderão se inscrever:

a) Professores Associados da UNICAMP, portadores há cinco anos, no mínimo, do título de livre-docente, obtido por concurso de títulos em instituição oficial e devidamente reconhecido pela UNICAMP.

b) Docentes portadores há cinco anos, no mínimo, do título de livre-docente, obtido por concurso de títulos em instituição oficial e devidamente reconhecido pela UNICAMP;

c) Especialistas de reconhecido valor e com atividade científica comprovada, excepcionalmente e pelo voto de 2/3 (dois terços) dos membros da Câmara de Ensino, Pesquisa e Extensão – CEPE, em exercício.

d) Docentes integrantes da Parte Suplementar do QD-UNICAMP que exerçam função MS-5 ou MS-6, na forma do § 3º do artigo 261 do Regimento Geral da UNICAMP.

1.2. A inscrição será efetuada mediante requerimento contendo nome, domicílio e profissão, dirigido ao Reitor da Universidade Estadual de Campinas, acompanhado dos seguintes documentos:

a) prova de ser portador do título de livre docente, ressalvadas as hipóteses previstas no subitem 1.1., “**c**” e “**d**” deste edital;

b) cédula de identidade, em cópia autenticada;

c) sete (7) exemplares do memorial impresso, contendo tudo que se relacione com a formação didática, administrativa e profissional do candidato, principalmente suas atividades relacionadas com a área em concurso, a saber:

c.1. descrição minuciosa de seus estudos de graduação e pós-graduação, com indicação das épocas e locais em que foram realizados e relação das notas obtidas;

c.2. indicação pormenorizada de sua formação científica e profissional, com especificação dos locais em que exerceu sua profissão, em que sequência cronológica até a data da inscrição ao concurso;

c.3. relatório de toda a sua atividade científica, técnica, cultural e didática, relacionada com a área em concurso, principalmente a desenvolvida na criação, organização, orientação e desenvolvimento de núcleo de ensino e de pesquisa;

c.4. relação dos trabalhos publicados, de preferência com os respectivos resumos;

c.5. relação nominal de títulos universitários relacionados com a área em concurso, bem como dos diplomas ou outras dignidades universitárias e acadêmicas.

d) um (1) exemplar ou cópia de cada trabalho ou documento mencionado no memorial.

1.3. Todas as informações serão obrigatoriamente documentadas por certidões originais ou por cópias autenticadas ou por outros documentos, a juízo da CEPE.

1.4. O memorial poderá ser aditado, instruído ou completado até a data fixada para o encerramento das inscrições.

1.5. Recebidas as solicitações de inscrição e satisfeitas as condições deste edital, podendo, a título excepcional, ser concedido o prazo máximo de dez (10) dias para a complementação da documentação, a Secretaria Geral encaminhará os pedidos com toda a documentação ao Instituto de Economia.

1.5.1. Os pedidos relativos ao disposto no subitem 1.1., “a”, “b” e “d”, deste edital, juntamente com a respectiva documentação deverão ser submetidos pelo Diretor do Instituto de Economia, ao Departamento ou a outra instância competente definida pela Congregação da Unidade a que estiver afeta a área em concurso, para emissão de pareceres conclusivos sobre o assunto, observando-se o disposto na Deliberação CONSU-A-23/92.

1.5.1.1. Aprovadas as inscrições pela Congregação do Instituto de Economia, as solicitações serão encaminhadas ao Reitor, que as submeterá à CEPE, acompanhadas dos Pareceres conclusivos a que se refere o subitem 1.5.1 deste edital, ressalvado o previsto no **subitem 1.1., “c”**, deste edital;

1.5.2. A CEPE, para bem deliberar sobre o pedido feito com base no **subitem 1.1. “c”** deste edital, designará uma Comissão composta de cinco (05) especialistas na área em concurso, para emitir parecer individual e circunstanciado sobre os méritos do candidato.

1.5.2.1. A Comissão será constituída por professores efetivos da Universidade Estadual de Campinas, completando-se, se necessário, o seu número, com profissionais de igual categoria de outros estabelecimentos de ensino superior no país.

1.5.3. A inscrição ao concurso público para o cargo de Professor Titular considerar-se-á efetivada se o candidato obtiver o voto favorável da maioria absoluta dos membros presentes à Sessão da CEPE, ressalvado o previsto no **subitem 1.1. “c”** deste edital, que deverá ser aprovada mediante o voto de 2/3 dos membros da CEPE em exercício.

1.5.4. Os candidatos inscritos serão notificados por edital publicado no DOE com antecedência mínima de trinta (30) dias, da composição definitiva da Comissão Julgadora e de seus suplentes, bem como do calendário fixado para as provas.

1.5.4.1. Caso haja solicitação por escrito de todos os candidatos inscritos e desde que não haja, a juízo da Universidade, qualquer inconveniente, a data de realização das provas de que trata o subitem **1.5.4.** deste edital, poderá ser antecipada por até 07 (sete) dias ou postergada por até trinta (30) dias.

II – DA COMISSÃO JULGADORA DO CONCURSO

2. A Comissão Julgadora será constituída de 05 membros eleitos pela CEPE, possuidores de aprofundados conhecimentos sobre a área em concurso ou área afim, dois (2) dos quais serão pertencentes ao corpo docente da Universidade, escolhidos entre seus docentes possuidores do título de Professor Titular e o restante entre professores de igual categoria de outras instituições oficiais de ensino superior ou entre profissionais especializados de instituições científicas, técnicas ou artísticas, do país ou do exterior.

2.1. Os trabalhos serão presididos pelo Professor Titular da Universidade mais antigo no cargo, dentre aqueles indicados para constituírem a respectiva Comissão Julgadora.

III – DAS PROVAS

3. O presente concurso constará das seguintes provas:

I – prova de títulos;

II – prova didática;

III – prova de arguição.

3.1. A prova de títulos consistirá na apreciação pela Comissão Julgadora, do memorial elaborado pelo candidato, a qual a Comissão deverá emitir parecer circunstanciado.

3.1.1. O julgamento dos títulos e trabalhos será feito separadamente.

3.1.2. No julgamento dos títulos, será considerado cada um dos itens abaixo, por ordem decrescente de valor:

a) atividades envolvidas na criação, organização, orientação, desenvolvimento de núcleos de ensino e pesquisa, e atividades científicas, técnicas e culturais relacionadas com a matéria em concurso;

b) títulos universitários;

c) atividades didáticas e administrativas;

d) diplomas e outras dignidades universitárias e acadêmicas.

3.1.3. No julgamento dos trabalhos, serão considerados os trabalhos publicados.

3.1.4. Os membros da Comissão Julgadora terão o prazo máximo de 24 horas para emitir o julgamento da prova de títulos, a partir do horário marcado para o início da prova.

3.2. A prova didática constará de exposição sobre o tema de livre escolha do candidato, pertinente aos programas das disciplinas integrantes da área em concurso.

3.2.1. A prova didática deverá ser realizada de acordo com o programa publicado neste edital. Compete à Comissão Julgadora decidir se o tema escolhido pelo candidato é pertinente ao programa.

3.2.2. A prova didática terá a duração de cinquenta (50) a sessenta (60) minutos e nela o candidato deverá mostrar erudição e desenvolver o assunto escolhido, em alto nível, facultando-lhe, com prévia aprovação da Comissão Julgadora, o emprego de roteiros, tabelas, gráficos ou outros dispositivos a serem utilizados na exposição.

3.3. A prova de arguição destina-se à avaliação geral da qualificação científica, literária ou artística do candidato.

3.3.1. Será objeto de arguição, as atividades desenvolvidas pelo candidato constante do memorial por ele elaborado.

3.3.2. Na prova de arguição, cada integrante da Comissão Julgadora disporá de até trinta (30) minutos para arguir o candidato, que terá igual tempo para responder às questões formuladas.

3.3.3. Havendo acordo mútuo, a arguição, poderá ser feita sob a forma de diálogo, respeitando, porém, o limite máximo de uma (1) hora para cada arguição.

IV – DA AVALIAÇÃO E JULGAMENTO DAS PROVAS

4. O julgamento dos títulos e trabalhos será feito separadamente, sendo que cada examinador atribuirá nota de zero (0) a dez (10) a cada uma das partes, cuja média será a nota da prova de títulos.

4.1. As notas atribuídas à prova de títulos terão peso dois (2).

4.2. Para as provas didáticas e de arguição, cada examinador atribuirá ao candidato uma nota de 0 (zero) a 10 (dez), ao final de cada uma delas.

4.2.1. Para efeito de julgamento final as provas didáticas e de arguição, possuem pesos um (1) e 2 (dois), respectivamente.

4.3. As notas de cada prova serão atribuídas, individualmente pelos integrantes da Comissão Julgadora em envelope lacrado e rubricado, após a realização de cada prova e abertos ao final de todas as provas do concurso em sessão pública.

4.3.1. A nota final de cada examinador será a média ponderada das notas atribuídas por ele ao candidato em cada prova.

4.3.2. Cada examinador fará a classificação dos candidatos pela sequência decrescente das médias apuradas e indicará o(s) candidato(s) para preenchimento da(s) vaga(s) existente(s). O Próprio examinador decidirá os casos de empate, com critérios que considerar pertinente.

4.3.3. As médias serão calculadas até a casa dos centésimos, desprezando-se o algarismo de ordem centesimal, se inferior a cinco e aumentando-se o algarismo da casa decimal para o número subsequente, se o algarismo da ordem centesimal for igual ou superior a cinco.

4.4. A Comissão Julgadora, terminadas as provas, divulgadas as notas e apurados os resultados, emitirá parecer circunstanciado, em sessão reservada sobre o resultado do concurso, justificando a indicação feita do qual deverá constar tabelas e/ou textos contendo as notas, médias e a classificação dos candidatos.

4.4.1. Poderão ser acrescentados ao relatório da Comissão Julgadora, relatórios individuais de seus membros.

4.5. O resultado do concurso será imediatamente proclamado pela Comissão Julgadora em sessão pública.

4.6. Serão considerados habilitados os candidatos que obtiverem, da maioria dos examinadores, nota final mínima sete.

4.6.1. Será indicado para nomeação o candidato que obtiver o primeiro lugar, isto é, maior número de indicações da Comissão Julgadora.

4.6.2. Excluído o candidato em primeiro lugar, procedimento idêntico será adotado para determinação do candidato aprovado em segundo lugar, e assim subsequentemente até a classificação do último candidato aprovado.

4.6.3. O empate nas indicações será decidido pela Comissão Julgadora, prevalecendo sucessivamente a média geral obtida e o maior título universitário. Persistindo o empate a decisão caberá por votação, à Comissão Julgadora. O presidente terá o voto de desempate, se couber.

4.7. As sessões de que tratam os subitens **4.3**, **4.4** e **4.5** deste edital serão realizadas no mesmo dia em horários previamente divulgados.

4.8. O parecer final da Comissão Julgadora do Concurso será submetido à homologação da CEPE.

4.8.1. Sendo unânime o parecer final ou contendo quatro (4) assinaturas concordantes, o mesmo só poderá ser rejeitado pela CEPE, mediante o voto de dois terços (2/3), no mínimo, do total de seus membros.

4.8.2. Se o parecer contiver somente três (3) assinaturas concordantes, poderá ser rejeitado por maioria absoluta do total dos membros da CEPE.

4.9. A relação dos candidatos aprovados será publicada no Diário Oficial do Estado com as respectivas classificações

V – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

5. O parecer final da Comissão Julgadora do Concurso, homologado pela CEPE, será publicado no DOE.

5.1. Do resultado do concurso caberá recurso, exclusivamente de nulidade, ao Conselho Universitário.

5.2. O prazo de validade do concurso será de um (01) ano a contar da data de publicação no DOE da homologação dos resultados pela CEPE.

5.3. A critério da Congregação da Unidade, havendo recursos e mediante aprovação da Comissão Permanente de Dedicção Integral à Docência e à Pesquisa – CPDI, o docente admitido neste concurso poderá ter o seu Regime de Turno Parcial estendido ao Regime de Dedicção Integral à Docência e à Pesquisa – RDIDP, ressalvado o previsto no subitem 5.4. deste edital.

5.4. O aposentado em carreira docente aprovado no concurso público somente poderá ser admitido no Regime de Turno Parcial (RTP), vedada a extensão ao Regime de Dedicção Integral à Docência e à Pesquisa (RDIDP), conforme Deliberação CONSU-A-08/10.

5.5. O presente concurso obedecerá às disposições contidas nas Deliberações CONSU-A-02/03 alterada pelas Deliberações CONSU-A-23/03, 20/05, 02/11; e Deliberação CONSU-A-23/92.

VI- PROGRAMA E BIBLIOGRAFIA

1 – Introdução ao estudo do mercado de trabalho: problemas, conceitos e fontes de informação.

Bibliografia

DEDECCA, C. S. (1998) Conceitos e estatísticas básicas sobre mercado de trabalho. In: OLIVEIRA M. A. (Org.) *Economia e Trabalho*. Campinas, UNICAMP, IE, 1998.

SOUZA, P. (1985) *O que são empregos e salários*. São Paulo: Brasiliense.

TROYANO, A. A. et al. (1985) A necessidade de uma nova conceituação de emprego e desemprego. *São Paulo em Perspectiva*, v 1, n.1, jan./abr. 1985. São Paulo: Fundação SEADE.

MATTOSO, J. (orgs). (1995) *Crise e trabalho no Brasil*. São Paulo: Scritta, 1995.

OIT (1991) *Introdução a la economia*. México: Alfaomega.

2 – Emprego e renda do trabalho

Bibliografia

KEYNES, J. M. (1937) A teoria geral do emprego. In: SZMRECSÁNYI, T. (Org.) *Keynes*. Editora Ática SP, 1978.

KALECKI, M. (1971) Luta de classes e distribuição de renda nacional. In: MIGLIOLI, J. (Org.) *Michal Kalecki: Crescimento e ciclo das economias capitalistas*. Editora Hucitec, SP, 1977.

MARX, K. (1867) *O Capital*. Capítulo 23, itens 1 a 4. Abril Cultural, SP, 1982.

3 – Mercado e regulação do trabalho no capitalismo avançado

Bibliografia

HOBBSWAWN, E. J. (1964) *Os trabalhadores*. Estudo sobre a história do operariado. Capítulo 16 e 17. Editora Paz e Terra. SP, 2010.

OLIVEIRA, C. A. B. (1998) Industrialização, desenvolvimento e trabalho no pós-guerra. In: OLIVEIRA, M. A. (Org.) *Economia e Trabalho*. Campinas, Unicamp, 1998.

KREIN, J. D. (2007) As tendências recentes na relação de emprego no Brasil 1996 - 2005. *Tese de Doutorado*. Introdução e Capítulo 1. Campinas, Unicamp, 2007.

ESTANQUE, E (2005) Mudanças e clivagens no mercado de trabalho: novas tecnologias ou novas desigualdades? O caso português. In: ESTANQUE, E. et al.

- (Org.) *Mudanças no trabalho e ação sindical: Brasil e Portugal no contexto da transnacionalização*. São Paulo: Editora Cortez, 2005.
- HYMAN, R. (2005)** Europerização ou erosão das relações laborais? In: ESTANQUE, E. et al. *Mudanças no trabalho e ação sindical: Brasil e Portugal no contexto da transnacionalização*. São Paulo: Editora Cortez, 2005.
- ABENDROTH, W. (1977)** *A História Social do Movimento Trabalhista Europeu*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977. Cap. 1, 2 e 3.
- BAGLIONI, G. (1994)** As Relações Industriais na Europa nos Anos 80. In: OLIVEIRA, C. A. B. et al. (orgs.) *O Mundo do Trabalho: crise e mudança no final século*. Campinas: Scritta, 1994.
- BEYNON, H. (2003)** O sindicalismo tem futuro no século XXI. In: SANTANA, M. A. e RAMALHO, J. R. (orgs.) *Além da Fábrica*. São Paulo: Boitempo, 2003.
- BRAVERMAN, H. (1974)**. *Trabalho e capital monopolista: a degradação do trabalho no século XX*. 3. Ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1981 (1. Ed. 1974).
- CASTEL, R. (1998)** As Metamorfoses da Questão Social. Petrópolis: Editora Vozes, 1998. Cap. VII.
- CLARKE, T & CLEMENTS, L. (Org) (1977)** *Trade Unions under Capitalism*. William Collins Sons, 1977. Cap. 1, 2 e 3;
- HOBSBAWN. (1987)** *Mundos do Trabalho*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. Cap. 9 e 11.
- KREIN, J. (2001)** O aprofundamento da flexibilização do trabalho. Dissertação de Mestrado. Campinas, 2001 cap. 1.
- HYMAN, R. (2001)** *Understanding European trade unions. Between market, classes and society*. London: Sage, 2001.
- MATTOSO, J. (1995)** *A Desordem do Trabalho*. São Paulo: Scrita.
- OFFE, C. (1989)** *O Capitalismo Desorganizado*, São Paulo, Brasiliense.
- POCHMANN, M. (1995)** *As políticas do trabalho e de garantia de renda no capitalismo em mudança*. São Paulo, LTr, págs. 21 – 42.
- POLANYI, Karl. (1980)** *A grande transformação*. Cap 1 e 7, Rio de Janeiro: Editora Campos, 1980.
- VILLANUEVA, F. T. (2004)** Convenios, jornada y mantenimiento del empleo. In: RODRÍGUEZ, R. E. (Coord.). *La negociación colectiva en España: una visión cualitativa*. Valencia: CC.OO e Tirant lo Bllanch, 2004, p. 547-589.

4 – Mercado e sistema de relação de trabalho no Brasil

Bibliografia

- BARBOSA DE OLIVEIRA, C. A. (1998)** A formação do Mercado de Trabalho no Brasil. In: OLIVEIRA, M. A. (Org.) *Economia & Trabalho: textos básicos*. Campinas: Unicamp/IE, 1998.
- OLIVEIRA, M. A. (2002)** Política trabalhista e relação de trabalho no Brasil da era Vargas ao governo FHC. *Tese de doutorado*. Capítulo 2. Campinas: Unicamp, 2002.
- BALTAR, P. E. A. (2006)** Formação, estruturação e crise do mercado de trabalho no Brasil. In: DEDECCA, C. S. e PRONI, M W. *Políticas públicas e trabalho*. Campinas: Unicamp/IE, Brasília: MTE, 2006.
- BALTAR, P. E. A., HENRIQUE, W. (1994)** Emprego e renda na crise contemporânea no Brasil. In: BARBOSA DE OLIVEIRA, C. A. et. al. (Orgs.) *O mundo do trabalho: crise e mudanças no final do século XX*. São Paulo: Scritta, 1994.
- BALTAR, P. E. A. (2003)** Estrutura econômica e emprego urbano na década de 90. In: PRONI, M. e HENRIQUE, W. (Orgs.) *Trabalho, mercado e sociedade*. O Brasil dos anos 90. Editora UNESP, 2003.

- BALTAR, P. E. A., MORETTO, A., SANTOS, A., KREIN, J. D. (2006)** Evolução do mercado de trabalho e significado da recuperação do emprego formal nos anos recentes. In: DEDECCA, C. S. e PRONI, M. W. *Políticas públicas e trabalho*. Campinas: Unicamp/IE, Brasília: MTE, 2006.
- MEDEIROS, C. (1993)** Industrialização e regime salarial nos anos 60 e 70. *Economia e Sociedade*. Campinas: Unicamp, 1993.
- BALTAR, P. E. A. (2010)** Moving Towards Decent Work. Labour in the Lula Government: reflections on recent Brazilian experience, Kassel, *Labour University Working Papers n° 9*. Disponível em: <www.global-labour-university.org>.
- COSTA, M. S. (2005)** O Sistema de relação de trabalho no Brasil: alguns traços históricos e sua precarização atual. Dados *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, ANPOCS, SP. V. 20, n° 59, 2005.
- KREIN, J. D. (2009)** Tendências recentes das relações de trabalho no Brasil. In: BALTAR, P. E. A.; KREIN, J. D. SALAS, C. (Org.) *Emprego e Trabalho: Brasil e México*. Campinas: Unicamp, 2009.
- FERRAZ, M. (2006)** Do confronto à negociação: a CUT na passagem dos anos 1990. In ARAUJO, S. M.; BRIDI, M. A. e FERRAZ, M. (org). *O sindicalismo equilibrista: entre o continuísmo e as novas práticas*. Curitiba: UFPR/SCHLA, 2006.
- ARAÚJO, A. FILGUEIRAS, V. (2009)** A Constituição de 1988 e o sindicalismo brasileiro (mimeo, 2009).
- GALVÃO, A. (2010)** O movimento sindical no governo Lula: entre a divisão e a unidade. V *Congreso Latinoamericano de Ciencia Política* organizado por la Asociación Latinoamericana de Ciencia Política (ALACIP). Buenos Aires, 28 a 30 de julio de 2010.
- SANTANA, M.A. (1999)** Política e História em Disputa: o novo sindicalismo e a idéia da ruptura com o passado. In: RODRIGUES, I. J. (Org.) *O novo sindicalismo 20 anos depois*. Petrópolis, Vozes.
- URIARTE, O. E. (2002)**. *A Flexibilidade*. São Paulo: LTr.
- STANDING, Guy (1999)**. *Global labour flexibility: seeking distributive justice*. New York: St Martin's Press, inc.

5 – Temas sobre o trabalho: juventude, educação e trabalho; rotatividade da força de trabalho, informalidade e legalidade no trabalho, pequena empresa, direito do trabalho, distribuição de renda, salário mínimo, gênero, trabalho decente, desafios e perspectivas para o mundo do trabalho.

Bibliografia

- ABRAMO, L. (2010)** *Trabalho Decente: o itinerário de uma proposta*. Bahia Análise & Dados. Salvador, v. 20. N2/3 Jul./Set. 2010.
- BALTAR, P. E. A., PRONI, M. (1996)** Sobre o regime de trabalho no Brasil: rotatividade da mão de obra, emprego formal e estrutura salarial. In: BARBOSA DE OLIVEIRA, C. A. et. al. *Crise e trabalho no Brasil: modernidade ou volta ao passado?* São Paulo: Scritta, 1996.
- KREIN, J. D., PRONI, M. W. (2010)** Economia informal: aspectos conceituais e históricos. Texto OIT-Brasil. Brasília: OIT, 2010 (*Série Trabalho Decente no Brasil; Documento de trabalho, 4*). Disponível em: <http://www.oit.org.br/info/publ_result.php>.
- LEONE, E. (2010)** O Perfil dos trabalhadores e trabalhadoras na economia informal. Brasília: OIT, 2010 (*Série Trabalho Decente no Brasil; Documento de trabalho, 3*). Disponível em: <http://www.oit.org.br/info/publ_result.php>.
- SABOIA, J. (1985)** *Salário mínimo: a experiência brasileira*. Porto Alegre: LPM Editores, 1985.

SANTOS, A. (2006) Emprego e relações de trabalho em pequenos negócios no Brasil. *Tese de doutorado*. Campinas: Unicamp, 2006.

WELTERS, A. (2009) Os filhos adolescentes e o mercado de trabalho: uma análise do perfil socioeconômico, familiar e de gênero dos jovens entre 15 e 19 anos no Brasil em 2006. *Tese de Doutorado*. Campinas: IE-Unicamp, 2009.

Campinas, 20 de julho de 2011